

MENSAGEM Nº 544

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de outubro de 2023.

EM nº 00286/2023 MRE

Brasília, 19 de Outubro de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

2. O atual ocupante do cargo, **RODRIGO DO AMARAL SOUZA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 797/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 27/10/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4684633** e o código CRC **180B8DFA** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009331/2023-08

SUPER nº 4684633

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA

informações pessoais

1952

informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1974 Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
1980 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr

Cargos:

1981 Terceira-secretária
1987 Segunda-secretária
1992 Primeira-secretária, por merecimento
1999 Conselheira, por merecimento
2007 Ministra de segunda classe, por merecimento
2012 Ministra de segunda classe do Quadro Especial
2012 Ministra de primeira classe do Quadro Especial

Funções:

1981-83 Divisão de Difusão Cultural, assistente
1983-85 Divisão de Cooperação e Divulgação Cultural, assistente
1988-90 Embaixada em Abu-Dhabi, segunda-secretária
1990-91 Embaixada em Havana, segunda-secretária
1991-93 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assessora
1993-96 Consulado-Geral em Milão, cônsul-adjunto
1996-98 Consulado-Geral em Assunção, cônsul-adjunto
1998-99 Ministério da Agricultura e do Abastecimento, assessora internacional
1999-00 Divisão de Imigração, chefe
2000-01 Consulado-Geral em Lisboa, cedida ao Secretariado-Executivo da CPLP, conselheira
2001-03 Embaixada no Panamá, conselheira
2003-08 Divisão da África I, chefe
2008-10 Embaixada em Bruxelas, ministra-conselheira
2010-15 Embaixada em Dakar, embaixadora
2015-17 Consulado-Geral em Montreal, cônsul-geral
2017-22 Embaixada em Acra, embaixadora
2022 Coordenação-Geral de Ensino
2022 Superior Tribunal de Justiça, assessora

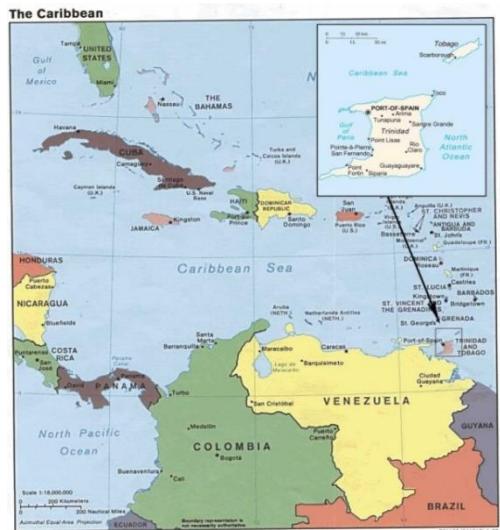
Condecorações:

2004 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2010 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TRINIDAD E TOBAGO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Outubro de 2023

ÍNDICE

<u>MAPA</u>	Erro! Indicador não definido.
<u>DADOS BÁSICOS</u>	3
<u>PERFIL BIOGRÁFICO</u>	4
<u>APRESENTAÇÃO</u>	5
<u>POLÍTICA INTERNA</u>	6
<u>POLÍTICA EXTERNA</u>	9
<u>ECONOMIA</u>	14
<u>RELAÇÕES BILATERAIS</u>	18
<u>RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS</u>	20
<u>CRONOLOGIA HISTÓRICA</u>	22
<u>CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS</u>	23
<u>ACORDOS BILATERAIS</u>	24

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Trinidad e Tobago
GENTÍLICO	Trinitário
CAPITAL	Port of Spain
ÁREA TOTAL	5.128 km ² (Trinidad: 4.828 km ² ; e Tobago: 300 km ²)
POPULAÇÃO (2022)	1,53 milhão de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Inglês e creole
RELIGIÃO	Protestante (32,1%); Católica (21,6%); Hindu (18,2%); Muçulmana (5%); Testemunhas de Jeová (1,5%); outros.
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral
CHEFE DE ESTADO	Presidente Christine Kangaloo
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Keith Rowley
CHANCELER	Amery Browne
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar trinitário
PIB (preços correntes, 2022, Banco Mundial)	US\$ 27,9 bilhões
PIB PPP (2022, Banco Mundial)	US\$ 42,53 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2022, Banco Mundial)	US\$ 18.222
PIB PPP <i>per capita</i> (2022)	US\$ 27.778
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial)	2,5% (2022); -1% (2021); -7,7% (2020); -0,2% (2019); -0,7% (2018); -2,7% (2017).
IDH (2021, PNUD)	0,810 (muito alto)/57º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	73 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	99%
EMBAIXADOR EM PORT-OF-SPAIN	Rodrigo do Amaral Souza
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gerard Greene

Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões, FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil – Trinidad e Tobago	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	1.260,2	430,6	403,5	757,8	471,2	395,8	936,7	913,5
Exportações	266,6	188,2	205,2	247,4	219,2	214,4	319,6	281,2
Importações	993,6	242,4	198,3	510,4	252	181,4	617,1	632,3
Saldo	- 726,9	- 54,2	6,8	- 262,9	- 32,8	33	- 297,5	- 351,1

PERFIL BIOGRÁFICO



KEITH ROWLEY

Primeiro-ministro

Graduou-se em Geologia e Geografia e fez mestrado em Estratigrafia Vulcânica pela Universidade das Índias Ocidentais, onde também foi pesquisador e chefe da Unidade de Pesquisa Sísmica. Foi gerente-geral da companhia estatal "National Quarries Company Limited". Membro da Câmara de Representantes e Senador. Chefiou as pastas da Agricultura, Terras e Recursos Marinhos; Planejamento e Desenvolvimento; Habitação; e Comércio e Indústria. Foi eleito primeiro-ministro pela primeira vez em 2015. Atualmente está em seu terceiro mandato.

CHRISTINE KANGALOO

Presidente



Graduou-se em direito na Universidade das Índias Ocidentais. Ocupou vários cargos ao longo de sua trajetória política, sempre no "People National Movement" - PNM. Christine Kangaloo foi designada pela primeira vez ao Senado em 2001. Durante essa primeira passagem pelo Senado, Kangaloo ocupou a Vice-Presidência da Câmara Alta. De 2005 a 2007 ocupou o cargo de Procuradora-Geral e Ministra de Assuntos Legais, equivalente no Brasil ao de Ministro da Justiça. Em 2007, após ser eleita para a Câmara de Representantes, foi indicada ao cargo de Ministra de Ciência, Tecnologia e Educação Superior. Em 2015, após a vitória do PNM nas eleições gerais, voltou ao Senado. Foi eleita presidente do senado em 2021 e eleita presidente da república pelo colégio eleitoral de Trinidad e Tobago em 20 de janeiro de 2023.



AMERY ARTHUR BROWNE

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Caricom

Graduou-se em Medicina e tem experiência na área de saúde, tendo atuado tanto na esfera pública como no setor privado. Entre 2003 e 2007, trabalhou como Diretor Técnico do Comitê de Coordenação Nacional sobre HIV/AIDS, com ênfase na formulação de política nacional para o combate à doença. Entre 2007 e 2010, ocupou a posição de ministro do Desenvolvimento Social. Foi designado embaixador em Brasília em fevereiro de 2016. Em agosto de 2020, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e da CARICOM.

APRESENTAÇÃO

Trinidad e Tobago situa-se no delta do rio Orinoco, próximo ao litoral venezuelano. A ilha de Trinidad foi colônia espanhola até 1797, ano em que os britânicos a conquistaram. Em 1802, com a assinatura do Tratado de Amiens, Trinidad passou a ser oficialmente colônia da Coroa britânica. Tobago foi ocupada por colonizadores europeus apenas em 1632, com a chegada dos holandeses. Mais tarde, foi disputada pelos franceses e terminou sob controle britânico em 1814. A administração das duas ilhas foi unificada em 1898. A especial situação geográfica de Trinidad e Tobago conferiu-lhe condição estratégica, especialmente em função de o mar do Caribe ter sido um dos cenários de disputas entre grandes potências.

Assim como em outras ilhas do Caribe durante o século XIX, a monocultura de exportação em Trinidad e em Tobago concentrou-se na cana-de-açúcar, com uso de mão de obra de africanos escravizados. Com a abolição da escravidão nas colônias inglesas, começaram a chegar trabalhadores indianos e, em menor número, chineses e portugueses, que se concentraram em zonas agrícolas. A maioria dos escravizados libertos fixou-se nas cidades.

As primeiras manifestações pela autonomia de Trinidad e Tobago ocorreram nos anos 1920, época em que seus cidadãos passaram a exercer algumas funções públicas locais.

Com o objetivo de promover programas econômicos e sociais na região, foi formada, em 1942, a Comissão Caribenha Anglo-Americana (AACC), que representava as quatro potências coloniais do Caribe: EUA, Inglaterra, França e Holanda. Foi na AACC que despontou a primeira liderança política de Trinidad e Tobago, Eric Williams. Entre 1943 e 1955, Williams participou dos trabalhos da Comissão, da qual foi desligado por acusá-la de atuar em prol dos interesses coloniais.

Em 1956, Trinidad e Tobago deu passo concreto para sua independência, ao obter direito de autogoverno em questões internas. Nesse mesmo ano, Eric Williams fundou o *People's National Movement* (PNM).

A independência de Trinidad e Tobago foi proclamada em 1962. Ao longo da década de 1960, o cenário político-social do país caracterizou-se pelo amadurecimento dos movimentos nacionalistas e pela intensificação de lutas sociais que levantaram bandeiras por melhores condições de vida, nacionalização das reservas de petróleo e retomada da base de Chaguaramas.

Na década de 1970, houve grandes manifestações de oposição ao governo, reunindo trabalhadores afrodescendentes, setores empresariais, desempregados e grupos marginalizados.

Após a descoberta de jazidas de petróleo e gás natural naquela década, as pressões políticas arrefeceram frente à perspectiva de prosperidade econômica. As transformações na base produtiva proporcionadas pelo petróleo contribuíram para o enriquecimento da sociedade.

Os anos 1970 também foram marcados pela criação do *United Labour Front* (ULF), de oposição ao PNM, e pela proclamação da República.

Com uma população de cerca de 1,4 milhão de habitantes, a segunda do Caribe, rico em recursos naturais, e uma economia baseada na produção de petróleo e, sobretudo, gás - setores que atraem considerável volume de investimentos estrangeiros - Trinidad e Tobago, apesar da forte recessão econômica dos últimos anos, agravada sensivelmente pelas consequências da COVID-19, ainda apresenta um dos mais elevados PIBs per capita da América Latina e do Caribe.

POLÍTICA INTERNA

Trinidad e Tobago é uma república parlamentarista, com modelo bicameral, composto pela Câmara dos Representantes e pelo Senado. O chefe de Estado é o presidente da República, eleito de forma indireta para mandato de 5 anos por colégio eleitoral formado pelos membros do parlamento. A eleição presidencial mais recente foi vencida por Christine Kangaloo, em 20 de janeiro de 2023. Nas eventuais ausências do Presidente da República, cabe tradicionalmente ao Presidente do Senado substituí-lo, já que não existe o cargo de Vice-Presidente no país.

Os membros da Câmara dos Representantes (41 assentos) são eleitos por sufrágio direto para mandatos de 5 anos, sendo 1 representante para cada distrito eleitoral do país, sendo que 39 distritos eleitorais referem-se a Trinidad e 2, a Tobago. Os membros do Senado (31 assentos), por sua vez, são designados pelo presidente da República, seguindo indicação própria, do primeiro-ministro e do líder da oposição, para mandatos de também 5 anos.

Os principais partidos são o *People's National Movement* (PNM), partido do atual Primeiro Ministro Rowley, o *United National Congress* (UNC).

No Judiciário, a instância máxima é a Suprema Corte de Justiça, cujo chefe é indicado pelo presidente da República. Cabe observar que recursos podem ser encaminhados à Corte de Justiça do Caribe (*Caribbean Court of Justice*), estrutura judiciária parte da Comunidade do Caribe (CARICOM), e ao Comitê Judicial do Conselho de Estado (*Judicial Committee of the Privy Council*), com sede em Londres. Os demais juízes da Suprema Corte de Justiça são designados para mandatos vitalícios por comissão chefiada pelo presidente da Corte.

Principais Partidos

O sistema político atual é o mesmo desde a independência do país e foi resultado de arranjo constitucional promovido pelos ingleses, atrelando Trinidad e Tobago à política de priorizar a estrutura pré-independência em detrimento da formação de uma nação integrada e mais unida. O bipartidarismo "de facto" tem contribuído para manter sistema de votação com base na descendência geográfica (as demais agremiações políticas então existentes eram apenas regionais, circunscritas a Tobago, ou de cunho municipal).

Dessa forma, as afinidades dos eleitores com os partidos decorrem mais de linhas étnicas do que de convicções ideológicas ou pragmáticas. Eleitores de descendência africana (42% da população) votam majoritariamente no *People's National Movement* (PNM) e os de origem indiana (43%), no *United National Congress* (UNC). A bivalência dificulta a cooperação entre oposição e situação em torno de pauta voltada para a solução de temas de interesse nacional, desvinculados de objetivos atinentes exclusivamente a políticas do governo.

Além disso, como em quase todos os distritos eleitorais reside, de forma esmagadora, apenas uma das duas principais descendências étnicas, cada um dos dois principais partidos políticos, PNM e UNC, dispõem, em teoria, de 17 distritos praticamente garantidos. Os demais partidos recebem votação apenas marginal, a reforçar a percepção de que o sistema político local comporta-se, na prática, como se fosse bipartidário.

O resultado final, portanto, das eleições recai sobre sete distritos em que não há majoritária residência de uma única etnia e onde, coincidentemente, vivem os restantes 30% do eleitorado local. Seus votos dividem-se entre os dois principais partidos em razão de questões específicas e relevantes em uma momentânea conjuntura, de modo a favorecer a uma ou outra agremiação. Assim, conforme vem historicamente ocorrendo, são esses eleitores que determinam, na prática, quem vence a eleição.

Eleições gerais de 2020

As eleições municipais de 2019, que precedem as eleições gerais, outorgaram a vitória ao

partido de oposição, *United Nation Congress-UNC*. A agremiação obteve 202.584 votos (equivalentes a 54,38 por cento), e o partido político do Primeiro-Ministro Keith Rowley, o *People's National Party-PNM*, obteve 161.963 votos (correspondentes a 43,48 por cento).

Apesar do abalo causado pela derrota do *People's National Movement* (PNM) para o *United National Congress* (UNC) nas eleições municipais, em dezembro de 2019, a avaliação favorável do gerenciamento da pandemia do coronavírus no país assegurou ao governo incumbente vitória nas eleições gerais de 10 de agosto de 2020. Como resultado, o "People National Movement" venceu as eleições, conquistando 22 cadeiras de um total de 41 assentos do Parlamento, mantendo o atual PM Keith Rowley à frente do governo num segundo mandato.

O pleito envolveu todos os 41 assentos da Câmara Baixa, cujos membros são eleitos por voto distrital, e 31 assentos do Senado, escolhidos pelo chefe de governo, líder da oposição e presidente da República.

O engajamento do eleitorado jovem pode ter alterado o tradicional padrão de votação no país, baseado em fidelidades étnicas. Historicamente, os votos do UNC concentram descendentes de indianos (35,4% da população), enquanto descendentes de origem africana (34,7% da população) votam no PNM. O eleitorado jovem (25%), todavia, tenderia a privilegiar temas concretos de seus distritos ao invés de alinhamentos partidários etnográficos. Também se pôde notar clara clivagem entre os eleitorados urbano e rural.

Embora a ex-Primeira Ministra Kamla Persad-Bissessar, líder da oposição, tenha anunciado que seu partido (UNC) não reconheceria o resultado até a realização da recontagem dos votos em três distritos, o resultado da eleição se manteve.

Durante as campanhas, o UNC focou suas críticas na gestão econômica do país. Como forma de reconquistar votos que perdera em 2015, o partido apontou a retração do PIB trinitário, elevado índice de desemprego, diminuição das reservas internacionais e inabilidade do governo em adotar medidas para reativação da economia. Sem descuidar da necessidade de promover ajuste fiscal, o UNC optou por colocar em segundo plano debates sobre o combate à criminalidade ou as relações com a Venezuela.

As próximas eleições gerais para a escolha da 13º formação do parlamento trinitário estão previstas para 2025

Eleições presidenciais de 2023

Em Trinidad e Tobago, o Presidente da República é eleito de forma indireta para mandato de cinco anos por colégio eleitoral formado pelos membros do parlamento. O Colégio Eleitoral é integrado pela totalidade dos membros do Senado e da Câmara de Representantes. No ordenamento jurídico-constitucional trinitário, contudo, o Presidente acumula diversas funções e prerrogativas: além de atuar como Chefe de Estado e Comandante das Forças Armadas, cabe-lhe a responsabilidade de indicar os nove senadores independentes, os presidentes de diversas comissões parlamentares e os chefes de várias agências públicas autônomas.

Em 06 de janeiro de 2023, o partido *People's National Movement* (PNM) oficializou a candidatura da ex-Presidente do Senado Christine Kangaloo. Nos últimos vinte anos, os Chefes de Estado em Trinidad e Tobago foram eleitos por aclamação pelo Colégio Eleitoral, que endossava, sem necessidade de votação nominal, o candidato indicado por acordo consensual entre governo e oposição. Foi esse o caso, por exemplo, de Paula-Mae Weekes, indicada pelo PNM em 2018, mas endossada pelo UNC.

No caso das eleições de 2023, o oposicionista *United National Congress* (UNC) rompeu com a tradição recente e não endossou o candidato oficialista à Presidência, preferindo lançar candidato próprio, o advogado criminalista Israel Khan, Presidente da Associação de Advogados. O UNC alegou publicamente não endossar a candidatura oficialista devido à presumida falta de imparcialidade de Christine Kangaloo para assumir as funções e responsabilidades de Chefe de Estado.

Em 20 de janeiro de 2023, ao fim do mandato da então presidente Paula-Mae Weekes, ocorreram as eleições pelo colégio eleitoral, que, confirmado as expectativas, elegeu em 20/01 Christine Kangaloo como nova Presidente da República, para mandato de cinco anos, a partir do final de março. Kangaloo é a primeira mulher de ascendência india a ocupar em Trinidad e Tobago a Presidência do Senado e a assumir provisoriamente a Chefia de Estado.

A vitória no Colégio Eleitoral de Kangaloo por margem amplamente superior à prevista representou prova da força do PM Keith Rowley, padrinho político de Kangaloo, no âmbito do People's National Movement.

Fundamentalismo Islâmico

Cerca de 8% da população trinitária, de um total de 1,53 milhão de habitantes, professam a fé muçulmana.

Em 1990, o grupo islâmico radical *Jamaat-al-Muslimeen* perpetrhou tentativa de golpe de Estado, com o objetivo de implantar regime fundamentalista islâmico em Trinidad e Tobago, regido pelos cânones da "sharia". Apesar de a tentativa ter sido frustrada, devido à falta de apoio popular e ao cerco do governo, as lideranças da organização jamais foram formalmente punidas pela tentativa de golpe. Desde então, a divisão religiosa no país e o temor associado à atuação do referido grupo tem constituído elemento importante do contexto político interno.

O descontentamento da parcela radicalizada da comunidade islâmica em Trinidad e Tobago voltou a ficar patente com o recrutamento, a partir de 2014, de dezenas de militantes de nacionalidade trinitária para as fileiras do ISIS, empenhado em implantar o califado do Estado Islâmico no Iraque e na Síria. Estima-se que entre 2013 e 2016 pouco menos de 250 guerrilheiros provenientes de Trinidad e Tobago se tenham juntado às fileiras do ISIS na Síria e em seu entorno. Ademais, diferentes incidentes aguçaram o temor ao grupo, entre os quais o assassinato da então senadora Dana Seetahal, em 2014.

Apesar de não se terem registrados ataques terroristas recentes, considera-se que a contribuição do país com grande contingente de combatentes para o ISIS (maior participação per capita no Hemisfério Ocidental) tenha criado danos à imagem de Trinidad e Tobago.

Criminalidade

Trinidad e Tobago tem registrado aumento significativo dos níveis de violência desde o fim das medidas de restrição à locomoção dos residentes em meados de 2021, adotadas durante a pandemia de Covid-19.

A taxa de homicídios registrada em 2022 no país alcançou cerca de 35 mortes por 100 mil habitantes, o que colocou o país na sexta posição em números de assassinatos de acordo com o *World Population Review* (o Brasil ocupa a nona posição nesse mesmo ranking). (fonte: UNODC)

O estado da segurança pública é cada vez mais afetado pelo narcotráfico. Há suspeitas, amparadas sobretudo em dados da DEA americana, de que viria da América do Sul número significativo de armas em poder da criminalidade e de que haveria um nexo direto desse fluxo contínuo de abastecimento de armas com a distribuição de drogas, a partir de Trinidad e Tobago, para outros países. Pressionados na América Central, os cartéis voltaram a utilizar a rota caribenha para envio de entorpecentes aos Estados Unidos.

O aumento do número de crimes violentos e a ocorrência de assassinatos de alta visibilidade têm gerado repercussões no plano político interno, uma vez que o tema da segurança no país tem provocado queda na popularidade do Primeiro-Ministro, em razão da percepção de certa incapacidade do governo para reduzir a criminalidade.

Movimentos mais conservadores trinitários tem advogado favor da liberalização da posse de armas pelos cidadãos e pela implementação efetiva da pena de morte, que é legal no país, embora sem aplicação há vários anos.

Indicadores Sociais

O impacto econômico conjugado da pandemia da Covid-19 e do conflito no Leste Europeu sobre as cadeias produtivas em escala global estimulou internamente, em Trinidad e Tobago, aumento significativo dos preços dos produtos alimentícios, o que implicou deterioração da qualidade de vida dos trinitários.

Trinidad e Tobago possui um Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index-HDI*) relativamente alto (0,810 em 2021), renda per capita ainda considerada média alta (US\$ 27,778.2 em 2020, contra US\$ 21.204 em 2008) e um Índice Educacional satisfatório de 0,722, o qual leva essencialmente em consideração o número de anos em que adolescentes permanecem na escola.

Em contrapartida, estimativas indicam ter Trinidad e Tobago aumentado o índice de desigualdade de 0,403 em 1992 para o projetado patamar atual de 0,43. Especula-se ser a recusa governamental de participar do PISA em 2018 confissão implícita do agravamento da qualidade do ensino local.

A criminalidade também impacta a qualidade de vida da população. Estudo do PNUD publicado em 2021, abrangendo Trinidad e Tobago e todo o seu entorno caribenho, vincula o salto exponencial da taxa de violência ao baixo crescimento da economia e ao alto nível de desigualdade social. O referido documento aponta também para o expressivo impacto da ação descontrolada do crime organizado sobre a matriz produtiva, estimando em 4,1% do PIB o custo das mortes violentas e em 3,7% do PIB os gastos com segurança pública, despesas médicas e perda de produtividade decorrentes de atividades criminosas no Caribe. Para Trinidad e Tobago, o impacto sobre sua imagem externa e capacidade de atração de Investimentos Externos Diretos não deixa de pesar negativamente sobre o potencial de crescimento da economia.

POLÍTICA EXTERNA

Segundo a chancelaria trinitária, os três principais fundamentos da política externa do país são: (i) soberania e a igualdade soberana dos Estados; (ii) a não intervenção em assuntos internos; e (iii) respeito ao Direito Internacional e aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

Trinidad e Tobago participaativamente da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da Comunidade do Caribe (CARICOM). Durante o primeiro mandato do PM Keith Rowley, o Ministério dos Negócios Estrangeiros passou a ser denominado Ministério dos Negócios Estrangeiros e da CARICOM, o que revela a alta prioridade conferida pelo país ao bloco caribenho.

O país preserva, ao mesmo tempo, relacionamento próximo com parceiros tradicionais como EUA, Reino Unido e Canadá, em função de elementos como idioma comum, presença de diáspora trinitária e relevância econômica, além dos laços com as indústrias norte-americana e britânica de produtos de defesa. O governo tenciona também dedicar maior atenção às relações com a América do Sul e Central e com os países da África e da Ásia.

Quanto ao contexto internacional atual, na OEA, Trinidad e Tobago votou pela condenação do processo eleitoral na Nicarágua e, no plano internacional, tem-se posicionado contra a invasão da Ucrânia.

No âmbito da ONU, o candidato trinitário ao cargo de presidente da 78^a Assembleia Geral das Nações Unidas, mandato 2023-2024, Dennis Francis, foi eleito no pleito de junho de 2023, em Nova York. O embaixador Francis concorreu como representante do GRULAC, grupo ao qual, pelo sistema de rotatividade entre os grupos regionais, caberia à presidência da Assembleia Geral, e contou com o apoio do governo brasileiro.

Terrorismo

Em 2017, admitindo que nacionais trinitários estariam atuando em organizações islâmicas terroristas no exterior, o governo organizou reunião com representantes de entidades islâmicas. Participaram também representantes do governo norte-americano. Na ocasião, o governo trinitário exortou as lideranças muçulmanas a "auxiliarem na identificação de potenciais recrutadores de terroristas" e assegurou que tal colaboração ajudaria o governo trinitário a traçar uma linha de ação para enfrentar os assuntos relacionados a atividades terroristas de forma coordenada.

Os líderes islâmicos presentes à reunião foram unânimes em manifestar seu apoio à iniciativa governamental e a declarar que fariam o possível para colaborar. No entanto, a influente *Islamic Missionary Guild*, talvez a mais relevante dessas organizações no país, não foi convidada para o encontro. Seu presidente classificou como perigosa a tarefa atribuída às lideranças islâmicas, uma vez que as organizações religiosas não dispõem de meios ou competência legal para realizar alegadas operações de espionagem.

Em 2021 e 2022, em seus discursos na abertura do Debate Geral da AGNU, o chanceler Amery Browne fez referência aos efeitos deletérios do crime organizado e à necessidade de fortalecer a cooperação internacional para combater o tráfico de pessoas, o narcotráfico e o tráfico ilegal de armas no Caribe e ressaltou o empenho trinitário em erradicar o terrorismo sem comprometer os direitos constitucionais dos cidadãos.

Em meados de 2022, o Departamento de Estado norte-americano reclassificou o *Travel Advisory* sobre Trinidad e Tobago para o nível 4, o mais grave na escala utilizada pelos EUA, por meio do qual recomendava evitar viagens ao país. Para justificar a manutenção desse alerta, o documento, além de mencionar o elevado índice de crimes violentos, perpetrados por gangues delituosas, particularmente as vinculadas ao tráfico de entorpecentes, alertava para a possibilidade de atentados terroristas, com "pouco ou nenhum aviso".

Tal hipótese foi considerada irrealista ou inverossímil por diversos articulistas trinitários, que salientaram não haver evidências de atividade relevante de grupos terroristas em Trinidad e Tobago desde a malograda tentativa de golpe de Estado de 1990, orquestrada por militantes fundamentalistas muçulmanos. Ainda assim, houve registro de explosões isoladas, sem vítimas, em 2005, e de tentativa malograda de atos terroristas por ocasião do Carnaval trinitário de 2018.

Associação dos Estados do Caribe (AEC)

A preservação das relações com os vizinhos tem sido preocupação constante de Trinidad e Tobago, exemplificado pela importância institucionalmente concedida à CARICOM e pela decisão de abrigar a sede permanente da Associação dos Estados Caribenhos (AEC).

Estabelecida em 1994, a AEC é formada por 25 membros e 11 estados associados. O Brasil é membro observador da organização.

A relevância da Associação dos Estados Caribenhos-AEC para Trinidad e Tobago justifica-se pela sua maior abrangência, em comparação à CARICOM, que possui 15 membros, e pelo seu objetivo de desenvolver maior comércio entre as nações, melhorar o transporte, promover o turismo sustentável e contribuir para gerar respostas melhores e mais eficazes aos desastres naturais locais.

Em 2020, o engenheiro panamenho Rodolfo Sabonge, foi escolhido para ocupar a Secretaria Geral do organismo, pelo período 2020-2024. Como prioridades, Sabonge elencou o fortalecimento da cooperação e da integração regionais, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável no mar do Caribe, inclusive por meio do turismo sustentável.

Comunidade do Caribe, CARICOM

A Comunidade do Caribe - CARICOM - foi criada em 1º de agosto de 1973 pelo Tratado de Chaguaramas para promover a integração e o desenvolvimento econômico regional. A Secretaria-Geral da Comunidade tem sua sede em Georgetown, Guiana. É integrada por 14 países caribenhos, inclusive Trinidad e Tobago, além de Belize, Guiana, Suriname e Montserrat, que é

domínio britânico. Port of Spain é a sede da Corte de Justiça do Caribe, última instância do tribunal estabelecido pelos Estados membros da CARICOM.

Países pequenos, alguns com população de menos de cem mil habitantes, os membros da Comunidade consideram a atuação coordenada a melhor via para afirmarem sua presença no cenário internacional hemisférico e mundial. Atuam, assim, geralmente, como bloco coeso em foros internacionais. A CARICOM detém cerca de 44 % dos votos na OEA e cerca de 7% dos assentos da ONU. Ao mesmo tempo, têm heterogeneidade significativa, sobretudo em matéria de desenvolvimento econômico e social.

Em 2023, realizou-se em Port of Spain a 45^a Cúpula da CARICOM. Além dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros, a Cúpula contou com a presença de convidados entre eles, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres e o Secretário de Estado norte americano, Antony Blinken. Os principais temas discutidos no evento foram os impactos das mudanças climáticas sobre os países caribenhos e a situação securitária no Haiti.

Comunicado Final divulgado ao final da Cúpula registra ambicioso compromisso para a implementação de mercado de capitais regional, com o estabelecimento de uma Bolsa de Valores da CARICOM, até julho de 2024. Entre essas ações está incluída a agenda de coordenação de políticas macroeconômicas, a ser concluída igualmente até julho de 2024, e a livre movimentação de nacionais dos países membros da CARICOM, a ser idealmente alcançada até março de 2024.

Estados Unidos da América

Em maio de 2013, Trinidad e Tobago assinou o Acordo sobre *Status Forces Agreement (SOFA)*, com previsão de renovação anual. Proposto pelos EUA desde 1990, o instrumento assegura a presença de tropas norte-americanas no Caribe e sinaliza o interesse de construir um cinturão de segurança em região com presença crescente da China e da Venezuela. A questão da renovação do acordo constitui desafio adicional para o governo trinitário, visto que o partido oficialista foi originalmente contrário à sua assinatura. A última renovação do acordo data de junho de 2022.

Em setembro de 2019, o primeiro-ministro Rowley realizou visita a Washington, onde manteve reuniões com integrantes do Congresso sobre a questão venezuelana, a cooperação no combate à criminalidade e o funcionamento dos setores financeiro e bancário.

Em janeiro de 2020, Rowley absteve-se de participar de reunião entre o Secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, e representantes de países caribenhos (Bahamas, Belize, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia e São Cristóvão e Névis), realizada em Kingston. Rowley defendeu tratar-se de gesto solidário à posição de Barbados, cuja primeira-ministra Mia Motley havia afirmado que não participaria do encontro.

Em missão à capital norte-americana, em abril de 2022, o Primeiro-Ministro Keith Rowley, acompanhado do Ministro da Energia e Indústrias Energéticas Stuart Young, manteve reuniões com parlamentares americanos de ambos os partidos, autoridades locais e representantes de organismos multilaterais, com os quais manteve reuniões sobre temas de interesse bilateral, regional e hemisférico (preparativos da Cúpula das Américas), energia (aproveitando a presença do Ministro da Energia), mudanças climáticas, segurança e comércio.

Em janeiro de 2023, o *Office of Foreign Assets Control (OFAC)* dos Estados Unidos havia decidido suspender por dois anos as sanções contra empresas de terceiros países que cooperassem com a estatal petrolífera venezuelana PDVSA para explorar ou comercializar gás proveniente da área offshore *Dragon Field*, situada em águas territoriais venezuelanas, a apenas 17 quilômetros de distância da plataforma trinitária Hibiscus. A empresa trinitária estatal National Gas Company (NGC) foi uma das afetadas pelas sanções, iniciadas em 2019, já que fazia parte de projeto de exploração da área, juntamente com a PDVSA e a multinacional Shell.

A suspensão foi resultado de gestões do governo trinitário e de altas autoridades de países da CARICOM juntamente aos Estados Unidos, que têm promovido política de reaproximação dos

EUA com os países caribenhos. Analistas avaliam que o relativo descaso dos EUA com seu entorno caribenho durante o governo Trump impulsionou Trinidad e Tobago a adotar, nos últimos anos, estratégia de desenvolvimento vinculada a maior aproximação com a China.

Como parte da intensificação das relações com os caribenhos, a vice-presidente dos EUA, Kamala Harris anunciou, durante o Encontro de Lideranças EUA-Caribe, em junho de 2023, uma série de medidas, como cooperação para incrementar a segurança e o combate ao tráfico de armas na região, aumento da presença diplomática, com provável estabelecimento de duas novas embaixadas na região; e cooperação e doação pecuniária para a Parceria EUA-Caribe para Abordar a Crise Climática 2030 (PACC 2030, na sigla em inglês; além de iniciativas específicas dirigidas ao Haiti.

Outro tema de mútuo interesse entre o país e os EUA é o tráfico de armas. Trinidad e Tobago vem tentando combater a criminalidade interna e o comércio ilícito de armas com apoio de parceiros regionais e internacionais, especialmente os Estados Unidos e membros da CARICOM. Segundo o governo trinitário, a maioria das armas apreendidas no país foram comercializadas nos estados americanos de Flórida, Geórgia, Maryland e Texas.

China

A administração do primeiro-ministro Rowley privilegia o relacionamento com a República Popular da China, que promove programas de assistência técnica e iniciativas de financiamento à construção civil, com utilização de trabalhadores chineses.

Rowley realizou visita à China em maio de 2018. O tom positivo da cobertura nos jornais trinitários deveu-se às possibilidades de incremento das relações nas esferas econômica e de cooperação, tendo sido dado destaque à parceria para construção do porto seco de La Brea. Também em 2018, Trinidad e Tobago tornou-se o primeiro país caribenho a aderir à *Belt and Road Initiative*, em junho de 2018. Naquela ocasião, Rowley justificou a reorientação da política externa local sob o argumento de que a aproximação com a China era necessária para que o país pudesse receber mais investimentos externos diretos, em um momento no qual as agências multilaterais de fomento hesitavam em conceder empréstimos nos montantes e condições requeridos para a economia local.

A cooperação bilateral é antiga, tendo-se acelerado após a visita de Xi Jinping ao país, em 2013. A ex-PM, Kamla Persad-Bissessar visitou a China em 2014, ocasião em que foram assinados acordos nas áreas de saúde, esporte, energia e aviação civil. Em 2015, houve aquisição de navio patrulha de grandes dimensões (TTS Nelson II) do estaleiro China Ship Building Company Ltd.

Trinidad e Tobago abriu embaixada em Beijing no início de 2014, onde também mantém uma adidânciada de defesa. A China construiu, em bairro nobre da capital trinitária, um conjunto de edifícios para abrigar sua nova chancelaria e demais serviços consulares e diplomáticos.

Após o distanciamento dos EUA com relação ao Caribe durante a administração de Donald Trump, a disputa EUA-China por predominância na região caribenha adquiriu contornos relevantes. Mais recentemente, a China tem utilizado com eficiência instrumentos econômicos próprios, como a oferta de linhas de crédito aos países caribenhos, com o intuito de buscar maior influência geopolítica numa região de tradicionais e estreitos vínculos com os EUA, e por ambos considerada de estratégica importância.

Venezuela

O relacionamento com Caracas, em particular, tem merecido atenção crescente nos últimos anos. Por ocasião da visita em 2016, Maduro assinou acordo de criação de empresa conjunta para exploração das reservas compartilhadas de gás e venda de gás venezuelano a Trinidad e Tobago. Foi estabelecido fundo rotativo de US\$ 50 milhões para aquisição de alimentos pela Venezuela. Ressalte-se que o acordo da Petrocaribe (2005) não contou com a participação de Trinidad e Tobago, que viu na iniciativa um instrumento para reduzir sua influência no Caribe insular.

O Primeiro-Ministro Keith Rowley anunciou, em fevereiro de 2020, que, devido às sanções comerciais impostas pelos EUA aos países que se associassem a empresas venezuelanas, este país não mais exploraria com o vizinho sul-americano o campo de gás natural "Loran-Manatee", situado na zona marítima comum. Rowley defendeu que seu país adotava posição "neutra" na questão venezuelana. Ressaltou ser a intensidade dos laços bilaterais reflexo de parceria econômico-comercial cada vez mais intensa entre as partes. Na prática, o governo do PM Rowley tentou equilibrar-se entre a necessidade de manter o comércio e as relações econômicas com os venezuelanos e as crescentes pressões norte-americanas e de países do Grupo de Lima, para Trinidad e Tobago afastar-se do regime de Maduro.

Mais recentemente, contudo, especialmente depois do primeiro semestre de 2021, quando Trinidad e Tobago assumiu a Presidência Pro Tempore da CARICOM, o governo local tem dado sinais consistentes que apontam para um ensaio de reaproximação com Caracas.

Em Nota Informativa de julho de 2022, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da CARICOM confirmou que o país reconhece Nicolás Maduro como presidente democraticamente eleito da Venezuela; recordou a atuação da diplomacia trinitária em várias instâncias regionais e multilaterais, com destaque para a OEA e a CARICOM, em busca de solução pacífica para a crise venezuelana; e reafirmou a disposição de Port of Spain de servir de facilitador para o avanço do processo negociador entre todos os atores políticos venezuelanos relevantes.

Ainda assim, subsistem pontos de atrito entre os dois países, principalmente em razão do crescimento exponencial da migração de venezuelanos ao país, fenômeno instrumentalizado por críticos do governo atual que acusam ser essa uma das principais causas do aumento da criminalidade neste país.

No período que antecedeu as recentes eleições parlamentares, realizadas 14/08/23, discursos hostis à imigração ganharam espaço. Como resposta à questão, o governo trinitário vem promovendo a deportação coletiva de migrantes venezuelanos mantidos em centros de detenção, inclusive de requerentes de asilo, segundo a Anistia Internacional. Estima-se que haja 20 mil venezuelanos no país, em uma população total de 1,4 milhão, em Trinidad e Tobago.

A despeito do uso político-eleitoral do tema migratório, tem havido avanço concomitante, por parte do governo, no atendimento a certas demandas históricas da comunidade venezuelana no país, entre as quais a oferta de vagas em escolas públicas para crianças venezuelanas.

Haiti

Os países da CARICOM tem-se envolvido ativamente na situação do Haiti, membro da comunidade. Após o anúncio do Quênia, de 29/7/2023, sobre a possibilidade de liderar força multinacional no Haiti, Bahamas (1/8) e Jamaica (3/8) sinalizaram disposição de enviar tropas ao Haiti para integrar eventual força multinacional. Antígua e Barbuda também manifestou disposição de envio de pessoal ao país. A CARICOM divulgou comunicado (4/8) saudando "a decisão dos governos das Bahamas e da Jamaica de se juntar ao Quênia para contribuir com uma força multinacional na República do Haiti". A suspensão da decisão queniana por corte nacional – no começo de outubro – não desmobilizou a ajuda oferecida pelos parceiros caribenhos.

Nesse contexto, no discurso proferido na abertura do debate da 78^a Assembleia Geral da ONU, 2023, o Primeiro-Ministro Keith Rowley instou a comunidade internacional a prestar apoio ao Haiti, cuja crise interna, afirmou, está tendo "consequências humanitárias, socioeconômicas e de segurança inimagináveis". Louvou a decisão do Quênia de liderar ação multinacional naquele país, com contribuição de tropas de países do Caribe como Bahamas e Jamaica e apoio de Ruanda.

ECONOMIA

Com população de 1,53 milhão de habitantes e rico em recursos naturais, Trinidad e Tobago apresenta o terceiro PIB per capita mais elevados do Caribe (US\$ 27.778, pelo critério de paridade do poder de compra, atrás apenas de Bahamas e São Cristóvão e Névis), além de ser a maior economia industrial da região. O país é também um dos principais centros financeiros do Caribe, contando com sistema bancário relativamente estável e regulado.

Em 2022, o país registrou PIB nominal de US\$ 27,9 bilhões. Dados recentes indicam que a economia trinitária experimentou recuperação após a pandemia, com crescimento de 2,5% em 2022. Não obstante, persiste o desafio da diversificação da produção nacional, excessivamente concentrada em hidrocarbonetos - e que torna o país vulnerável às oscilações de preços do mercado internacional.

A economia local é baseada na produção de gás natural e petróleo. A participação de petróleo e gás e seus derivados no total das exportações aumentou de 73% em 2020 para 80% em 2022, e sua participação no PIB aumentou de 34,9% em 2016 para 35,7% em 2020. Cerca de 80% das exportações do país são de hidrocarbonetos e derivados, sobretudo petróleo, gás, álcoois, elementos químicos inorgânicos, adubos e fertilizantes. Alimentos e bens de consumo são supridos, em sua ampla maioria, por importação, em razão da limitada produção local. Com esse arranjo, a balança comercial corresponde a 90% do PIB trinitário. Em meta estabelecida na CARICOM (projeto "25% y 2025"), pretende-se alcançar 25% da produção de alimentos em âmbito regional até 2025, de forma a garantir segurança alimentar.

Panorama Econômico

Em 2021, a economia de Trinidad e Tobago padeceu dos efeitos negativos de dois importantes acontecimentos cujo somatório chegou a pôr em risco a saúde econômica do país. A redução das cotações internacionais de petróleo e de gás em meados da década passada gerou quadro recessivo que, em 2020, foi agravado pelo combate à propagação do vírus da Covid-19 ao impor restrições tanto à circulação de pessoas como ao funcionamento de atividades do setor terciário.

Esses acontecimentos agravaram as condições econômicas desfavoráveis do país, cuja infraestrutura carece de investimentos, em particular no refino de hidrocarbonetos, na siderurgia e na malha viária. Além disso, o desequilíbrio do quadro fiscal (em razão da baixa produtividade e da queda das receitas do setor de energia) vem comprometendo os programas de redistribuição de renda, considerados essenciais frente às profundas tensões sociais e à clivagem econômica.

Nesse cenário, a atual administração tem buscado diversificar o sistema produtivo. A estrutura produtiva, altamente concentrada na exploração de recursos energéticos, é historicamente determinada pela vinculação entre as entradas financeiras e a produção e exportação de gás, petróleo e derivados. Essa mesma estrutura impediu o desenvolvimento dos setores de bens duráveis e não duráveis voltados para o mercado interno.

A dívida pública, que vinha crescendo nos últimos anos, deu lugar, em 2022, a superávit fiscal, o primeiro em mais de uma década, com a consequente diminuição da dívida pública, em razão do aumento dos preços internacionais das commodities energéticas.

O retorno a ciclo virtuoso de crescimento econômico, iniciado em 2022 em decorrência do aumento das cotações internacionais do gás, petróleo e derivados petroquímicos, contribuiu para reverter o padrão anterior de aumento acelerado do déficit público, permitindo, segundo o governo, reduzir o déficit do Orçamento de 2022 para 0,8% do PIB, valor inferior a anos anteriores, quando ficou acima de 5%. Anos seguidos de déficit orçamentário implicaram no aumento da dívida pública, que passou de US\$ 7,2 bilhões em 2011, e que então representava 28,9% do PIB, para os atuais US\$ 14,1 bilhões, correspondendo a 62,6% do PIB de 2022. Além do aumento nominal da dívida, o PIB encolheu 9,6% de 2011 até o ano passado, caindo de US\$ 24,9 bilhões a US\$ 22,5

bilhões e contribuindo para aumentar a gravidade do quadro econômico local.

A expressiva elevação dos preços internacionais das commodities energéticas e de petroquímicos também tem propiciado superávit comercial expressivo, impulsionado por lucros em patamares inesperados.

Segundo projeção do FMI, o PIB trinitário deve crescer em 3,2% em 2023, marcando a recuperação da economia; a instituição também espera que a inflação desacelere, de modo a alcançar os preços internacionais; de igual forma, o déficit público, devido ao aumento do preço dos produtos petrolíferos, deve estabilizar no médio prazo.

Nesse contexto, persistem obstáculos estruturais de estrangulamento que restringem o potencial de crescimento e a competitividade da economia de Trinidad e Tobago. Economistas apontam para a necessidade de que a atual administração conceda incentivos para aperfeiçoar a estrutura de exploração e produção das commodities energéticas; aumente a produtividade no setor estatal; eleve a captação de Investimentos Externos Produtivos para compensar a falta de poupança interna; invista em fontes alternativas de energia; e redimensione o volume de subsídios e transferências, de forma a proteger melhor os setores mais vulneráveis por meio de programas mais eficientes e mais bem direcionados.

Comércio Exterior e Investimentos

Em 2022, os Estados Unidos foram o maior parceiro comercial de Trinidad e Tobago, seguidos pela Bélgica, Marrocos e Guiana.

De acordo com o Banco Central trinitário, em 2022 o país exportou US\$ 13,2 bilhões e importou US\$ 6,89 bilhões, tendo como destinos principais: Estados Unidos (US\$ 4,8 bilhões, 37% do total), Bélgica (US\$ 832 milhões, 6,3%) e Marrocos (US\$ 750 milhões, 5,6%). O Brasil ocupou a sétima posição (US\$ 444 milhões, 3,3%). As importações trinitárias totalizaram US\$ 6,2 bilhões e tiveram como maiores fornecedores: EUA (US\$ 2,4 bilhões, 39,1%), China (US\$ 759 milhões, 12%) e Brasil (US\$ 354 milhões, 5,6%).

No intercâmbio bilateral, em 2022 o Brasil exportou US\$ 281 milhões (12% a menos que em 2021) e importou US\$ 632 milhões (2,5% a mais), registrando déficit de US\$ 351 milhões, segundo dados do MDIC. Entre janeiro e agosto deste ano, as exportações já alcançaram US\$ 208 milhões e, as importações, US\$ 252 milhões. A pauta de produtos brasileiros exportados inclui minério de ferro e seus concentrados (US\$ 180 milhões, 64% do total), papel e cartão (US\$ 12 milhões, 4,3%), açúcares e melaços (US\$ 9,3 milhões, 3,3%) e materiais de construção (US\$ 7,7 milhões, 2,8%). As exportações trinitárias ao Brasil, por sua vez, foram compostas por elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogêneos (US\$ 425 milhões, 67% do total), álcoois fenóis (US\$ 163 milhões, 26%) e gás natural (US\$ 35 milhões, 5,6%). Cumpre destacar queda abrupta da importação de gás (-76%), resultante do empenho do governo trinitário em abastecer o mercado europeu.

A volatilidade da economia trinitária, decorrente da excessiva concentração do PIB na produção de hidrocarbonetos, tem levado o governo a discutir meios de incentivar a diversificação da produção. A despeito da urgência do tema - em razão da necessidade de preparação para o esgotamento progressivo das reservas energéticas do país -, ainda não existe uma estratégia clara para o enfrentamento do assunto.

Agricultura, turismo, pesca e serviços bancários são os setores considerados com maior potencial no futuro, mas os esforços governamentais seguem reféns de iniciativas ligadas ao setor energético - inclusive a construção de um gasoduto para a exportação de gás natural venezuelano por intermédio de portos trinitários, ainda pendente de definição de meio de pagamento entre os países, em razão do embargo dos EUA à Venezuela.

A fim de lidar melhor com incertezas do comércio internacional, o governo tem incentivado aumentar a produção local de alimentos, além de propugnar a diversificação da origem dos produtos alimentares, oriundos principalmente dos EUA, Canadá e Colômbia. Além de o volume de

comércio com os Estados Unidos favorecer a continuidade do intercâmbio com aquele país – em vista da proximidade do mercado e da logística de transportes já estabelecida -, outro fator condicionante da perpetuação das parcerias de comércio existentes é a manutenção de laços preferenciais com fornecedores e exportadores do Canadá e de outros países integrantes da Commonwealth.

Como parte da sua estratégia para ampliar a base produtiva local e reduzir a dependência das commodities energética, em 2022, o governo extinguiu as zonas francas (*Free Trade Zones - FTZ*), criadas em 1988 com o objetivo de facilitar operações de armazenamento, fabricação, transbordo de carga e descarga, exportações, importações, e criou as Zonas Econômicas Especiais (*Special Economic Zones – SEZ*), que também tem como finalidade o aumento a captação de Investimentos Externos Produtivos-IEDs, necessária para compensar a escassez de poupança interna.

Em linhas gerais, os benefícios tributários a serem concedidos pelas novas SEZ oferecem aos investidores estrangeiros oportunidades de simplificação regulatória, maior segurança de investimentos, infraestrutura adequada, acesso livre a insumos e estímulo à diversificação da matriz produtiva. Esse conjunto de estímulos, contudo, em pouco se diferencia dos benefícios contemplados no mecanismo anterior de zonas francas. O governo ressalva, contudo, que a nova modalidade das SEZ traz vantagens burocráticas, em termos de documentação menos exigente e prazos mais expeditos para a autorização de funcionamento de novas empresas.

Historicamente, os maiores investidores em Trinidad e Tobago são os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá e a Itália. Não há série histórica do Banco Central do Brasil registrando fluxo de investimentos diretos brasileiros no país.

Entre os setores com maior potencial para atração de investimentos externos, destacam-se agricultura, turismo e tecnologia da informação. O país possui economia relativamente aberta, com o propósito de atrair tais investimentos, mantendo acordos nesse setor com Alemanha, Canadá, China, Coreia, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, México e Reino Unido, bem como acordos comerciais com países da CARICOM e com Costa Rica, Colômbia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Panamá, República Dominicana e Venezuela.

Ainda assim, durante a Revisão de Política Comercial (TPR) de Trinidad e Tobago de 2019, a mais recente disponível, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o governo brasileiro apontou a necessidade de que as autoridades trinitárias atualizassem os procedimentos para obtenção de credenciais para exportadores de carne, estabelecendo maior previsibilidade e clareza de requisitos sanitários e fitossanitários. Na ocasião, foram criticadas as sobretaxas impostas ao comércio de frango e as tarifas sobre açúcar de cana, que violariam, em ambos os casos, compromissos específicos assumidos por Trinidad e Tobago.

Energia

Trinidad e Tobago é exportador líquido de energia e possui reservas comprovadas relativamente importantes de gás e petróleo. O setor de petroquímica é quase integralmente responsável pelo fornecimento, através de termelétricas, de energia no país.

Nesse contexto, um dos principais problemas no setor é a sustentabilidade da exploração desses recursos. O uso praticamente insignificante de recursos renováveis e a existência de indústria altamente intensiva em energia levaram Trinidad e Tobago a ser reconhecido, desde 2014, como um dos principais responsáveis pela emissão de dióxido de carbono per capita, com média seis vezes superior à mundial.

No decorrer da década de 1990, a exploração de petróleo começou a revelar os primeiros indícios de esgotamento de reservas e foi gradativamente suplantada pela exploração de gás natural. O país seguiu estratégia baseada em dois eixos: de um lado, para viabilizar a produção em larga escala por multinacionais, concedeu incentivos para instalação de terminal de exportação de gás natural liquefeito (complexo Atlantic). Por outro, investiu na criação de indústria de transformação de gás natural como matéria-prima ou combustível, com vistas a aumentar o valor agregado do

produto.

O país busca efetuar mudanças na estratégia para o setor e transformar-se em hub energético, ampliando e diversificando a indústria petroquímica. A iniciativa é prejudicada, todavia, pelo baixo nível de investimentos e tecnologia; pela incapacidade técnico-financeira da PETROTRIN; e pela queda dos preços internacionais dos produtos. Este último fator causa impacto sobre o parque energético trinitário, que se encontra em estado progressivo de obsolescência, sem perspectivas de melhora.

Os recursos provenientes da exploração de insumos energéticos naturais iniciada ainda no século passado têm provado ser ao mesmo tempo um benefício, mediante o incremento exponencial do PIB, e um malefício, devido aos efeitos da "doença holandesa", síndrome que atinge países afetados por súbito enriquecimento. O influxo de significativos montantes de capital externo na economia de Trinidad e Tobago fortaleceu a moeda trinitária, gerando a perda de competitividade de produtos tradicionais em relação às importações e precipitando o declínio de setores produtivos.

A substituição dos produtos locais e o consequente impacto dessa reorientação da matriz produtiva implicou também transferência de postos de trabalho para o setor de serviços em razão do encolhimento do setor secundário, principalmente da agricultura. A reorganização da economia gerou a necessidade de este país adotar abertura comercial expressiva para obter do exterior bens que deixou de produzir, ou ter de adquirir outros mais sofisticados em razão de mudanças do padrão de consumo local, ditado pelo enriquecimento nacional.

Impactos do COVID-19

Apesar dos efeitos deletérios da COVID-19 sobre a economia trinitária, devido às restrições tanto à circulação de pessoas como ao funcionamento de atividades do setor terciário, tem-se registrado crescimento econômico em 2023, sobretudo em razão do aumento dos preços internacionais do gás, petróleo e derivados petroquímicos.

No contexto do combate ao coronavírus, o governo restringiu o funcionamento de serviços não essenciais e previu aplicação de multas elevadas, com a possibilidade de detenção por não cumprimento. Outras medidas incluíram a suspensão de atividades escolares, bem como o fechamento das fronteiras (inclusive para cidadãos trinitários). Para minimizar o impacto social, o governo adotou medidas como a redução da taxa de redesconto; a adoção de regras flexíveis para reestruturação de dívidas; a devolução de créditos impositivos a pessoas jurídicas; e a concessão de auxílio financeiro para desempregados.

Superada a pandemia, alguns efeitos econômicos perduram, como a alta dos preços de bens considerados essenciais, causando persistente inflação. A conjugação do impacto econômico das duas crises (pandemia e conflito na Ucrânia) recolocou em evidência debilidades e inconsistências da matriz produtiva local, o que inclui a baixa produtividade da mão-de-obra trinitária.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Trinidad e Tobago são tradicionalmente fluidas e cooperativas. Tiveram início antes mesmo da independência trinitária, com a criação, em 1942, de vice-consulado no país. A representação brasileira foi elevada a embaixada em 1965, três anos após a independência. A partir da década passada, o adensamento da relação bilateral inseriu-se em processo mais amplo de aproximação política e econômica com toda a região do Caribe.

Entre as visitas de alto nível, registram-se encontro da então PM, Kamla Persad-Bissessarm com o chanceler brasileiro Antonio Patriota, em 2011, e com a ex-presidente Dilma Rousseff em duas oportunidades, à margem da Cúpula de Cartagena (2012) e na final da Copa do Mundo de Futebol (2014), bem como reunião à margem de almoço com os chanceleres da CARICOM (2013).

Iniciativas de Cooperação

O Acordo Básico de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago, assinado em 25 de julho de 2008, foi promulgado em 25 de agosto de 2010.

Tendo em vista a importância conferida pelo Governo brasileiro às relações com o Caribe, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vem buscando estruturar programa de cooperação técnica com a região, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a autonomia dos países, para o desenho e a implementação de soluções aos desafios comuns.

No âmbito da cooperação Sul-Sul trilateral com organismos internacionais o Governo de Trinidad e Tobago participa, eventualmente, de ações de intercâmbio de iniciativa regional, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), nas áreas de agricultura familiar e alimentação escolar.

Após a criação da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária na ABC, em 2017, o Brasil vem realizando ações de cooperação humanitária com Trinidad e Tobago, desde 2022, em especial na área da saúde, com doações de vacinas, medicamentos e insumos médicos, que somadas, totalizam USD 518.229,93.

No âmbito da extinta Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME), registra-se, em 2016, uma ação de assistência humanitária na área de saúde, com doação de vacinas, no valor declarado de USD 44.910,85.

O Governo de Trinidad e Tobago confirmou os seguintes cinco temas de interesse aos quais atribui prioridade estratégica: gestão de riscos de desastres; agricultura; saúde ;treinamento e capacitação de recursos humanos; e recursos pesqueiros e em aquicultura. Nesse sentido, a ABC solicitou a realização de reunião técnica virtual com a Chancelaria trinitária, com o objetivo de estabelecer: (i) as demandas que poderão integrar o programa de cooperação técnica bilateral; (ii) a data da missão de prospecção para a negociação dos novos projetos; e (iii) as diretrizes para a implementação do novo programa bilateral. Aguarda-se, ainda, manifestação do referido país.

Como iniciativa trilateral de cooperação Sul-Sul, registra-se o projeto “Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES)”, executada no âmbito do projeto regional “Consolidação de Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe” em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO).

Em 2022, 28,8 mil litros de álcool-gel desinfetante (70%), com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), para o enfrentamento à pandemia da covid-19, com valor declarado de USD 69.120,00 e 50 mil doses da vacina pentavalente; 70 mil doses da vacina dupla adulto; 10 mil doses da vacina pneumocócica - 10 valente; 20 mil doses da vacina DTP (difteria, tétano e pertussis); 10 mil doses da vacina tríplice viral; 10 mil doses da vacina contra a varicela; e 100

frascos do medicamento antirretroviral lopinavir/ritonavir, com valor total declarado de USD 311.664,00 e com valor de transporte de USD 109.516,00.

Cooperação Educacional

A cooperação educacional está lastreada no Convênio Cultural, assinado em 1971, em vigor desde 1974. Ainda que a barreira do idioma represente obstáculo, mais de vinte alunos trinitários participaram do PEC-G e do PEC-PG desde os anos 2000.

A embaixada brasileira tem buscado engajar-se na renovação de iniciativas nessa área. A título de exemplo, em outubro de 2019, a embaixada participou do evento *Language and Communication Day*, na University of the Southern Caribbean, com estande de divulgação.

Mais recentemente, em três ocasiões diferentes, entre os meses de dezembro e fevereiro de 2023, representantes da University of the West Indies (UWI) - principal instituição de ensino superior do Caribe, com mais de 50 mil alunos, oriundos dos 12 estados membros do CARICOM – entraram em contato com a embaixada brasileira em Port-of-Spain, para tratar da solicitação de reabertura do Leitorado que atuou naquela instituição no período entre 2008 e 2014. Desse trabalho, resultou a formação de 446 alunos de graduação e pós-graduação em estudos luso-brasileiros e outros 47 cursaram o programa de "minor" em Brazilian Studies, oferecido pela UWI - mesmo após o encerramento do Leitorado - até 2019.

Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda

A Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais, firmada em Brasília, em 23/07/2008, foi promulgada pelo Decreto Nº 8.335, de 12/11/2014, e publicada no Diário Oficial da União nº 220, de 13/11/2014, estando o Brasil apto a aplicar o referido ato.

Assistência a brasileiros em face do COVID-19

Aproximadamente 140 brasileiros residem em Trinidad e Tobago. A embaixada do Brasil, com jurisdição consular que abrange Aruba, Bonaire, Curaçao e São Martinho, desempenhou importantes ações em apoio a cidadãos brasileiros, no contexto da pandemia causada pelo novo coronavírus. A partir de março de 2020, foram realizadas gestões junto a empresas aéreas e hotéis visando à solução de problemas trazidos pelos consulentes brasileiros. Igualmente, gestões junto a autoridades locais permitiram obtenção de autorizações para sobrevoo e pouso de aeronaves fretadas por empresas operando no país, visando à repatriação de seus funcionários.

Nesses esforços, o posto contou com relevante ajuda dos cônsules honorários em Aruba e Curaçao, contribuindo para o atendimento de aproximadamente 300 brasileiros até julho de 2020. 15 cidadãos foram repatriados por meio de voo fretado pelo Ministério das Relações Exteriores, ao passo que 271 contaram com apoio institucional da embaixada no processo de retorno ao Brasil.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

Após queda expressiva no comércio bilateral, que atingiu seu patamar mais baixo em 2020, com corrente de comércio de US\$ 395,8 milhões, houve retomada expressiva em 2021 e 2022 (US\$ 936 milhões e US\$ 913,5 milhões, respectivamente, comparáveis ao volume de comércio de 2015, de US\$ 1,26 bilhão).

A expressiva redução nas exportações brasileiras registrada em 2020, decorreu, entre outros fatores, da diminuição do consumo trinitário de minério de ferro, devido ao encerramento das atividades da siderúrgica Arcelor-Mittal, que utilizava minério de ferro brasileiro como matéria-prima. Entretanto, em 2021 e 2022, verificou-se aumento da exportação brasileira ao país. Ainda assim, devido ao incremento vertiginoso de importação de petróleo e derivados trinitários, a balança comercial com o Brasil registrou, nesses dois anos, déficit de US\$ 297 e US\$ 351 milhões de dólares.

A falta de melhor conectividade marítima com Trinidad e Tobago representa um dos fatores que prejudicam o desempenho das exportações brasileiras. Consulta realizada em 2021 com as sete principais empresas de navegação de transporte de cargas para este país apurou que apenas uma delas opera a rota Brasil-Trinidad e Tobago.

A dificuldade com o transporte de bens exportados ao país implica aumento do preço e, consequentemente, queda na competitividade. Apesar de o governo trinitário incentivar a diversificação da origem dos produtos alimentares, em 2022 as exportações dos produtos alimentícios brasileiros incluídos nas seções I, II e III da Nomenclatura Comum do Mercosul totalizaram apenas US\$ 7,9 milhões, equivalente a menos de 1% do total das importações trinitárias de alimentos.

O fraco desempenho brasileiro decorre dos custos finais elevados e, principalmente, da existência de barreiras fitossanitárias. A UNCTAD elencou quatorze medidas restritivas trinitárias contra produtos brasileiros: 9 barreiras de cunho sanitário ou fitossanitário (SPS); 1 exigência de pré-embarque; 1 licença não-automática e 3 sobretaxas ou controle de preços (PC). Tais barreiras restringem exportações brasileiras de carne de frango, boi e porco para Trinidad e Tobago.

Balança Comercial Bilateral

A balança comercial tem registrado seguidos déficits para o Brasil, à exceção de 2020, quando obteve saldo positivo de US\$ 33 milhões. Nesse ano, as importações brasileiras procedentes de Trinidad e Tobago atingiram USD 181 milhões e nossas exportações ao mercado trinitário registraram USD 214 milhões. A reversão do tradicional superávit local deveu-se, sobretudo, à diminuição do volume das importações brasileiras de gás natural e à redução de seu preço unitário no contexto da pandemia de COVID-19. Apenas outros dois itens, assim como em anos anteriores, fizeram parte do conjunto de bens exportados ao Brasil por Trinidad e Tobago, a saber, produtos químicos inorgânicos e álcoois e fenóis.

Em 2022, o Brasil exportou US\$ 281,2 milhões para Trinidad e Tobago, queda de 12% em relação ao ano anterior. As importações brasileiras desse país alcançaram US\$ 632,3 milhões, aumento de 2,5% em face ao ano anterior. O saldo comercial foi deficitário para o Brasil em US\$ 351,1 milhões.

As principais exportações brasileiras foram minério de ferro no valor de US\$ 180 milhões e representando 64% do total; papel e cartão com US\$ 12 milhões e representando 4,3%; e açúcares e melâço com US\$ 9,37 milhões representando 3,3%. À exceção de minérios de ferro, ao longo dos últimos anos as exportações do Brasil permaneceram atomizadas. As importações de elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos, no valor de US\$ 425 milhões; álcoois acíclicos e derivados halogenados, com US\$ 163 milhões; e gás natural liquefeito, com US\$ 35,3 milhões,

perfazem mais de 98% do total.

A título de comparação, em 2014 e 2015 as importações de GNL representaram mais de 70% do total e, embora tenham decrescido em anos subsequentes, em 2021 atingiram US\$ 146,1 milhões e representaram 23,6% das exportações de Trinidad e Tobago ao Brasil.

O expressivo déficit comercial registrado em 2022, de US\$ 351,1 milhões, pode ser atribuído à desestruturação do mercado internacional de insumos energéticos, devido ao conflito na Ucrânia, gerou expressivos ganhos, que direcionou as suas exportações de GNL à Europa e, consequentemente, reduziu a oferta ao Brasil.

Abertura de mercado

Países da América Latina e do Caribe representam relevante mercado potencial para a exportação de alimentos brasileiros, já que importam volumes significativos de carne bovina, suína e de frango. Os EUA historicamente são o fornecedor dominante no Caribe, em razão da proximidade do mercado, da logística de transportes já estabelecida e da manutenção de laços preferenciais com fornecedores e exportadores do país e de outros membros da Commonwealth. Segundo dados da plataforma TRADE MAP, nos últimos 4 anos, cerca de 60% por cento das importações de proteína animal dessa região têm origem naquele país, ao passo que o Brasil mantém aproximadamente 14% do *market share*.

No entanto, os EUA recentemente vêm enfrentando desafios, que, hoje, reduzem a competitividade da proteína animal, quando comparada à produção brasileira. Esta crise de oferta se traduz em possíveis oportunidades de mercado para o Brasil, particularmente em mercados ainda fechados.

No caso de Trinidad e Tobago, estão em curso as negociações para a abertura do mercado aos produtos brasileiros, a fim de autorizar as exportações brasileiras de carne bovina e de frango ao mercado local. Além disso, desconsiderando o setor de minério de ferro e derivados, também se vislumbra oportunidades para a atuação de grandes redes de varejo brasileiras detentoras de galpões e logística de distribuição no mercado trinitário, que já têm contratos com os mais diversos produtores nacionais, o que poderia, potencialmente, ampliar a diversidade de produtos brasileiros oferecidos no exterior e trazer ganhos de escala na distribuição.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1498	Chegada de Cristóvão Colombo à ilha de Trinidad, em sua terceira viagem às Américas.
1530	Na década de 1530, o espanhol Antonio de Sedeño desembarcou na ilha de Trinidad, ao lado de pequeno grupo armado, com o propósito de colonizar os povos ameríndios nativos da ilha. Os confrontos entre colonizadores e ameríndios prolongaram-se nas décadas seguintes.
1689	Massacre de Arena, perpetrado pelos colonizadores espanhóis após rebelião que resultou no assassinato do governador espanhol José de León y Echales.
1757	A capital de Trinidad foi transferida de San José de Oruña para Puerto de España (hoje, Port of Spain).
1797	Governador espanhol José María Chacón perde controle da ilha de Trinidad para a armada britânica. Trinidad torna-se parte da Coroa britânica, tendo uma população majoritariamente francófona e um corpo de leis de influência espanhola.
1802	As ilhas de Trinidad e de Tobago passam ao controle britânico pelo Tratado de Amiens.
1833	Abolição da escravidão em territórios da Coroa britânica.
1838	Emancipação completa dos escravos libertos em 1833, com o término do sistema de “aprendizado”.
1845	Com o término da escravidão, os libertos se deslocaram para áreas urbanas, o que resultou em falta de mão de obra nas plantações. Indianos, chineses e portugueses passaram a ser contratados para trabalhos na agricultura. Estima-se que, até 1917, cerca de 150 mil indianos tenham trabalhado no cultivo de cana-de-açúcar no país.
1889	Unificação das ilhas de Trinidad e de Tobago.
1919	Greve dos trabalhadores portuários por melhores condições de trabalho marca surgimento de maior consciência de classe.
1962	Declaração de Independência.
1976	Proclamação da República.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1942	Criação do vice-consulado do Brasil em Port of Spain.
1965	Estabelecimento de embaixada residente do Brasil, três anos após a independência do país.
1968	Estabelecimento de missão de Trinidad e Tobago no Brasil.
2008	Visita do primeiro-ministro de Trinidad e Tobago ao Brasil.
2008	Participação da ministra das Relações Exteriores de Trinidad e Tobago na I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, na Costa do Sauípe.
2009	Visita do primeiro-ministro de Trinidad e Tobago ao Brasil, no âmbito da preparação da Cúpula das Américas.
2009	Presidente Lula participa de Cúpula das Américas, em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago.
2010	Participação de Trinidad e Tobago na I Cúpula Brasil-CARICOM.
2011	Visita da primeira-ministra de Trinidad e Tobago ao Brasil, com agenda oficial em Brasília e no Rio de Janeiro.
2013	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil a Port of Spain.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Status	Ratific. Brasil	Ratif. Outra Parte	Data Promulg
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago	25/7/2008	Em Vigor	04/1/2010	24/5/2010	26/8/2010
Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo da Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago.	23/7/2008	Em Vigor			6/8/2008
Acordo sobre Serviços Aéreos Bilaterais entre o Governo de República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago	23/7/2008	Situação especial			
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e Para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais	23/7/2008	Em Vigor	23/9/2011	8/4/2009	13/11/2014
Acordo, por Troca de Notas, sobre Empreendimentos Conjuntos no Setor da Pesca entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	8/5/1978	Em Vigor			16/5/1978
Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	4/10/1977	Em Vigor			04/07/1977
Acordo sobre Pesca de Camarão entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	28/2/1975	Em Vigor			21/3/1975

Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	5/10/1972	Em Vigor			12/12/1972
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	9/11/1971	Em Vigor			28/12/1971
Acordo Relativo à Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Técnica, Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	9/11/1971	Em Vigor			09/11/1971
Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	9/11/1971	Em Vigor			11/7/1974
Acordo sobre a Supressão de Visto em Passaportes entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago.	07/4/1971	Em Vigor			27/5/1971